

Terceiro setor e valor econômico: uma análise da Santa Casa de Misericórdia do Recife

Aurora Regina Nunes da Silva Vieira*

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Helena
Faculdade Santa Helena, Brasil
ansvieira@gmail.com

Mônica Pereira de Lucena

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Santa Helena
Faculdade Santa Helena, Brasil
monicapdl@gmail.com

João Gabriel Nascimento de Araújo

Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco
Universidade Paulista - UNIP, Brasil
j_gabriel90@hotmail.com

Priscilla Milfont de Medeiros

Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco
Faculdade Santa Helena, Brasil
priscillamilfont@gmail.com

RESUMO

O Terceiro Setor é formado por associações e entidades sem fins lucrativos, que possuem como propósito exclusivo desenvolver o bem estar social e coletivo da sociedade, tem seus primeiros estudos nos Estados Unidos. Com base no papel deste setor, o objetivo deste trabalho foi verificar o resultado social, através do valor do negócio, obtido pela entidade filantrópica Santa Casa de Misericórdia do Recife, durante os exercícios sociais de 2014 e 2015. A metodologia utilizada para concretização dos objetivos teve início com uma pesquisa bibliográfica, a qual deu suporte para coletar as informações teóricas que auxiliaram no levantamento das variáveis e, posteriormente foi feita uma pesquisa documental, baseada nas informações contábeis publicadas e divulgadas pela entidade nas figuras do balanço social e demonstração do superávit e déficit do exercício. Após realização dos cálculos, identificou-se que o valor do negócio foi positivo para os dois anos estudados, devido ao superávit gerado pela entidade na execução de atividades de teor econômico, por esta razão a mesma não precisa depender de doações para prestar serviços à sociedade. Dessa forma, infere-se que a entidade analisada, no que tange a gestão de seus recursos econômicos, conseguiu construir, ao invés de destruir valor nos períodos analisados.

Palavras-chave: Terceiro setor; Valor Econômico; Valor de Negócio.

*Autor para correspondência / Author for correspondence / Autor para la correspondência IPESU - Instituto Pernambucano de Ensino Superior, Rua São Miguel, 176 - Afogados - Recife/PE- PE, CEP: 50700-200 -Telefone: 55 81 3472-8100.

Data do recebimento do artigo (received): 21/jul./2018
Data do aceite de publicação (accepted): 13/ out./2018

Desk Review
Double BlindReview

This Journal uses the APA and ABNT formatting style. This article is formatted according to APA.

Third sector and economic value: an analysis of the Santa Casa de Misericórdia from Recife

ABSTRACT

The Third Sector is formed by associations and non-profit organizations, whose sole purpose is to develop the social and collective welfare of society, has its first studies in the United States. Based on the role of this sector, the objective of this study was to verify the social result, through the value of the business, obtained by the philanthropic entity Santa Casa de Misericórdia of Recife, during the fiscal years of 2014 and 2015. The methodology used to achieve the objectives Started with a bibliographical research, which provided support for collecting the theoretical information that helped in the survey of the variables and, later, a documentary research was done, based on the accounting information published and disclosed by the entity in the figures of the social balance and demonstration of the surplus and Deficit. After performing the calculations, it was identified that the value of the business was positive for the two years studied, due to the surplus generated by the entity in the execution of economic activities, for this reason it does not need to depend on donations to provide services to society .In this way, it is inferred that the analyzed entity, with respect to the management of its economic resources, was able to construct, instead of destroying value in the analyzed periods.

Keywords: Third sector; Economic value; Business Value.

Tercer sector y valor económico: un análisis de la Santa Casa de Misericórdia del Recife

RESUMEN

El Tercer Sector está formado por asociaciones y entidades sin fines de lucro, que tienen como propósito exclusivo desarrollar el bienestar social y colectivo de la sociedad, tiene sus primeros estudios en los Estados Unidos. En base al papel de este sector, el objetivo de este trabajo fue verificar el resultado social, a través del valor del negocio, obtenido por la entidad filantrópica Santa Casa de Misericordia de Recife, durante los ejercicios sociales de 2014 y 2015. La metodología utilizada para concreción de los objetivos se inició con una investigación bibliográfica, la cual dio soporte para recoger las informaciones teóricas que ayudaron en el levantamiento de las variables y posteriormente se realizó una investigación documental, basada en las informaciones contables publicadas y divulgadas por la entidad en las figuras del balance social y la demostración del superávit y déficit del ejercicio. Después de la realización de los cálculos, se identificó que el valor del negocio fue positivo para los dos años estudiados, debido al superávit generado por la entidad en la ejecución de actividades de contenido económico, por esta razón la misma no necesita depender de donaciones para prestar servicios a la sociedad. De esta forma, se infiere que la entidad analizada, en lo que se refiere a la gestión de sus recursos económicos, logró construir, en vez de destruir valor en los períodos analizados.

Palabras clave: Tercer sector; Valor económico; Valor de negocio.

1 INTRODUÇÃO

É crescente a atuação das Organizações Não Governamentais, as quais fazem parte do Terceiro Setor, que de acordo com Fonseca (2000), são agentes econômicos não estatais, que atuam de forma coletiva, para o bem-estar de uma comunidade/sociedade.

O aumento deste setor é verificado no estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010) elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual demonstra que em 2010, o país contava com 290,7 mil entidades e o crescimento entre 2006 e 2010 foi de 8,8%. Quanto às suas atividades, essas instituições estão voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%).

O referido setor tem seu termo de origem americana, *Third Sector*, e o Brasil utiliza a mesma classificação, tendo em vista já existir o Primeiro Setor que é o Governo/Estado, que deve cumprir a função de administrar os bens públicos, e o Segundo Setor, trata-se do Mercado, este por sua vez são as empresas privadas que visam à lucratividade.

O surgimento e ascensão do supramencionado segmento da economia se dá, devido a ineficiência do Governo, que deveria cumprir com seu papel de garantir aos cidadãos bem-estar econômico e social e o Segundo Setor, leva os cidadãos a serem consumistas o que gera um grande problema para a sociedade devido a sua desigualdade sócio econômica.

Para que as entidades sem fins lucrativos continuem desempenhando seu papel de suporte à sociedade, elas dependem da captação de recursos, tais recursos surgem muitas vezes na figura de doações, subvenções e contribuições, o que representa, na maioria das vezes, as principais fontes (Olak & Nascimento, 2006).

Devido a sua atividade e sua forma de arrecadação de recursos, as entidades buscam a transparência no que concerne a demonstração de suas atividades e seu desempenho. Como forma de identificação do retorno sobre o investimento, tem-se para as entidades lucrativas o ROI, ou *Return On Investment* (Retorno sobre o

Investimento), que é um indicativo econômico fundamental para qualquer negócio, porque representa a relação entre o retorno e o capital investido em um projeto.

Entretanto, para as entidades sem fins lucrativos foi criada uma metodologia similar ao ROI, desenvolvida por uma fundação americana, *The Roberts Enterprise Development Fund* (REDF), sendo esta o SROI (*Social Return on Investment*) que é o indicador que calcula o retorno do investimento em projetos sociais. Ele permite medir resultados e ajustar estratégias futuras. O monitoramento de resultados auxilia os investidores sociais a selecionarem projetos nos quais pretendem investir.

O objetivo desse trabalho, portanto, é verificar o resultado social através do valor do negócio obtido pela entidade filantrópica Santa Casa de Misericórdia de Recife, durante o exercício dos anos de 2014 e 2015, utilizando-se da metodologia SROI.

A justificativa deste estudo reside no fato de testar uma ferramenta capaz de indicar os retornos obtidos com investimento em projetos sociais, além de demonstrar o resultado social, ou seja, evidenciar à sociedade a contribuição dada pela prestação de serviços para o desenvolvimento do bem-estar social. O que está diretamente vinculado ao setor da entidade estudada, visto o terceiro setor ter sua relevância devido a contribuição para a sociedade prestando atendimento nas áreas de saúde, cultura, lazer e esportes, etc.; resgatando assim a dignidade social de muitas pessoas em situações de risco.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Terceiro setor

Terceiro setor é uma expressão criada para designar um campo da sociedade correspondente às ações sociais promovidas por instituições privadas de caráter não lucrativo, com atividades que envolvem a demanda pela reivindicação de determinadas causas ou ações de filantropia. Esse termo foi criado para diferenciar essas instituições da esfera governamental, e da esfera privada com fins lucrativos.

Salamon (1998) demonstra em seu estudo que ações voluntárias podiam ser encontradas na China antiga, as quais foram fortalecidas com o budismo no século VIII. No Japão, já aparece em outra fase, em que as ações filantrópicas se destacam no

período budista e na primeira fundação da Sociedade da Gratidão, fundada em 1829, correspondendo a um século antes do surgimento da primeira fundação nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, este seguimento da economia existe desde os tempos coloniais. Surgiram centros de caridade ou comunitários organizados em formas de clubes, igrejas, associações, entre outros. Esse país ainda é o principal nesse campo, com centenas de milhares de instituições beneficentes registradas.

Para Chamon (2007), o terceiro setor é heteróclito, de forma que abrange práticas antigas e modernas de gestão, além de fomentar a cidadania através da execução de suas finalidades precípuas.

Seu crescimento e modernização denotam um aumento do compromisso da sociedade com a cidadania, e o produto das organizações da sociedade civil é um ser humano mudado, consciente de suas responsabilidades como cidadão global.

De acordo com Zanluca (2006), as organizações sem fins lucrativas, também conhecidas como Terceiro Setor, são as entidades não-governamentais (ONGs), pois não têm finalidade de lucro e não estão vinculadas ao governo, mas congregam objetivos sociais, filantrópicos, culturais, recreativos, religiosos e artísticos.

Dessa maneira, o setor é composto fundações, entidades beneficentes, fundos comunitários, associações de moradores, entre outras que possuam a característica de não terem fins lucrativos; que estão dispostas no Código Civil do Brasil em seu artigo 44, do qual trata das personalidades jurídicas. Nesse artigo, têm-se as pessoas jurídicas de direito privado como as associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada (Brasil, 2002, 2003, 2011).

Sobre a caracterização de suas entidades, Freeman e Shoulders (1993, p. 8) apresentam as seguintes peculiaridades das entidades sem fins lucrativos:

- a) quanto ao lucro (*profit*): o lucro não é a razão de ser dessas entidades;
- b) quanto à propriedade (*ownership*): essas entidades pertencem à comunidade. Não são normalmente caracterizadas pela divisibilidade do capital em partes proporcionais, que podem ser vendidas ou permutadas;
- c) quanto às fontes de recursos (*resources*): as contribuições com recursos financeiros não dão direito ao doador da participação proporcional nos bens ou serviços da organização;

d) quanto às principais decisões políticas e operacionais (*policy & operating decisions*): as maiores decisões políticas e algumas decisões operacionais são tomadas por consenso de voto, via assembleia geral, por membros de diversos segmentos da sociedade direta ou indiretamente eleitos.

As principais características das entidades sem fins lucrativos estão destacadas na Tabela 1, o qual demonstra as 06 (seis) principais características dessas entidades conforme sua natureza.

Tabela 1.

Resumo das principais características das entidades sem fins lucrativos.

1	Objetivos Institucionais	Provocar mudanças sociais (Drucker, 1994:XIV)
2	Principais fontes de recursos financeiros	Doações, contribuições, subvenções e prestação de serviços comunitários.
3	Lucro	Lucro Meio para atingir os objetivos institucionais e não um fim.
4	Patrimônio/Resultados	Não há participação/distribuição aos provedores.
5	Aspectos fiscais e tributários	Normalmente são imunes ou isentas.
6	Mensuração do resultado Social	Difícil de ser mensurado monetária e economicamente.

Fonte: adaptado de Olake Nascimento (2006, p. 7).

Então, segundo Marcovitch (1997), existem ao menos três elementos caracterizadores de uma nova postura gerencial e de controle aplicados às entidades sem fins lucrativos, sendo estes: Transparência (*accountability*), relatórios de avaliação (desempenhos) e instrumentos de comunicação (relatórios contábeis).

Nesse contexto, pode-se indagar sobre a maneira que a Contabilidade, definida como uma ciência que trata de métodos de identificação, mensuração e comunicação de informações de natureza econômico-financeira aos usuários para auxiliar no processo decisório (Iudícibus, 1993), poderia gerar relatórios de modo a alcançar os usuários das informações contábeis das ESFL.

Para atingir esse objetivo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu normas específicas para entidades sem fins lucrativos. Desse modo, a Resolução CFC nº 1.409, de 2012, foi emitida pelo CFC, em conformidade com suas atribuições legais e regimentais e foi transformada na Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A ITG 2002 é a interpretação técnica sobre os procedimentos contábeis a serem utilizados pelos profissionais contábeis ao trabalhar na produção de informações sobre entidades sem fins lucrativos.

No aspecto contábil, para que as entidades consigam elaborar relatórios que demonstrem a realidade organizacional, ela deve seguir as instruções dispostas na ITG 2002, pois assim as entidades sem fins lucrativos estarão demonstrando sua postura mais gerencial e de controle.

Todas as organizações necessitam de recursos para viabilizar sua atividade, de forma que se obtenha resultado positivo com a operação. No terceiro setor, especificamente, para que se consiga dar continuidade nas atividades, as entidades necessitam de doações (Marcuello & Salas, 2001).

O estudo desenvolvido por Camargo (2001) evidência que a maioria das organizações pesquisadas (71%), tinha na escassez de recursos a principal dificuldade encontrada, seguida pelo baixo investimento do governo (37%). Para tentar sanar essas dificuldades, as entidades precisam investir em meios que possibilitem a captação de novos públicos e a manutenção dos existentes para manter apoio a entidade, de maneira que aumentem os investimentos recebidos (Drucker, 1999).

Corroborando com a premissa de manter e captar novos investidores para o processo de ganho de recursos, Tenório (2008, p. 142) aponta que:

A principal motivação para a captação e mobilização de recursos é garantir a viabilidade de um projeto e, ao longo prazo, de uma comunidade organizada, mantendo-os estáveis e produtivos. Essa atividade integra as ações necessárias para construir e garantir a sustentabilidade do projeto. Pode se afirmar que, atualmente, a maioria das organizações sem fins lucrativos é vulnerável, bem como boa parte das iniciativas comunitárias possui poucos recursos e, em geral, uma única fonte de apoio. A captação e a Mobilização, quando planejadas, contribuem para que a comunidade diversifique a origem dos seus recursos e diminua o grau de vulnerabilidade ao qual está exposta como, por exemplo, a mudança de prioridades ou políticas de financiadores locais, nacionais ou internacionais.

Diante desses aspectos, infere-se sobre a importância e a necessidade de as entidades tentarem ser mais transparentes em suas atividades, assim como nas suas prestações de contas, pois, através dessas atitudes, podem garantir diversos

benefícios, como acordos, contratos, estatutos, recursos, entre outros (Santos & Silva, 2008).

As entidades sem fins lucrativos que conseguirem fornecer de maneira eficaz e eficiente as informações financeiras e não financeiras aos seus usuários, poderão atender de maneira mais adequada às necessidades dos doadores e, assim, captar mais recursos com o intuito de atingir a estabilidade financeira de longo prazo (Frumkin & Kim, 2001).

Visto que os doadores acabam por contribuir com recursos, como dinheiro, em contrapartida disso, firma um acordo implícito sobre o nível e a qualidade da prestação de contas (Weisbrod & Dominguez, 1986). Em que esse acordo da prestação de contas é um instrumento valioso para o processo de captação de recursos, pois permite a divulgação de informações interessantes para os contribuintes.

2.2. Medidor de desempenho - SROI

O terceiro setor, responsável por executar atividades de suporte social que os demais setores não conseguem suprir, auxiliar a sociedade de forma que consegue criar valor social. Dessa forma, o valor social é criado quando ocorre uma aplicação de diversos fatores, como recursos, insumos, processos e programas de ação, de maneira combinada para proporcionar melhorias na vida da sociedade ou de parte dela (Fregonesi *et al.*, 2005).

Segundo Araújo *et al.* (2005) a expressão SROI foi utilizada em diversos contextos como sinônimo de valor social, mas não ocorreram muitos esforços para mensurar de forma monetária o valor socioeconômico criado pelas entidades sem fins lucrativos.

Em 1996, uma fundação americana, chamada de *The Roberts Enterprise Development Fund* (REDF), buscou mensurar esses valores econômicos que são criados com investimentos em entidades filantrópicas e, para atingir esse objetivo, criou a metodologia SROI (Paula, Brasil & Mário, 2009).

Então, o SROI é um processo de compreensão, medição e comunicação do valor econômico, social e socioeconômico gerado pela atuação de uma organização filantrópica. Constitui-se como uma análise custo-benefício do valor social gerado, comparando o valor criado pela intervenção (benefícios) com a despesa necessária (investimento) para obtê-lo. Possui a capacidade de mensuração do resultado social

com base em demonstrações financeiras de organizações sem fins lucrativos, considerando a importância de mensurar e evidenciar esse resultado, sob vários aspectos, especialmente em relação à captação de recursos.

Sobre esses valores criados Paula, Brasil e Mário (2009) apontam que o valor econômico é criado com base no retorno financeiro que ocorre sobre um investimento, ou seja, a remuneração que ocorre sobre o custo do capital próprio e de terceiros. Enquanto que o valor social é criado através de uma combinação entre itens como recursos, insumos e estratégias, as quais podem melhorar a vida da sociedade. Já o valor socioeconômico corresponde a mutação, transformação de recursos e insumos em produtos vendáveis e geração de receita ou até redução de custos.

Uma visão geral sobre os indicadores que a REDF desenvolveu para as organizações sem fins lucrativos (econômico, social e socioeconômico), utilizados para uma primeira etapa de determinação do SROI estão representados na Tabela 2.

Tabela 2.
Variáveis relacionadas as medidas de valor do SROI

MEDIDAS DE VALOR		
TIPO DE VALOR CRIADO	MEDIDA	DEFINIÇÃO
Econômico	Valor do Negócio	Valor presente dos excedentes de caixa gerados pela atividade de negócio da entidade (exclui os custos pela causa social e doações).
Social	Valor da Causa Social	Valor presente da receita adicional e da redução de custos para o governo gerados pela atividade social reduzidos dos custos desta atividade.
Socioeconômico	Valor do Conjunto	Valor do Negócio + Valor da Causa Social - Dívida de Longo Prazo

Fonte: Adaptado de REDF (2001).

A segunda etapa para determinação do SROI de entidades filantrópicas corresponde ao cálculo dos indicadores através da utilização de índices de retorno. Em que essas medidas de valor comparam o valor que foi gerado com o valor do investimento feito para que fosse gerado o retorno.

Como índices de retorno na metodologia SROI, têm-se: o índice de retorno do negócio, que é encontrado pela razão entre o valor do negócio pelo valor presente do investimento; o Índice de retorno da causa social, identificado pela divisão entre o valor da causa social e o valor presente do investimento; o Índice de retorno da entidade, calculado pela razão entre o valor da entidade e o valor presente do investimento.

2.3. Estudos anteriores

Esta seção busca demonstrar algumas as pesquisas brasileiras que já foram desenvolvidas sobre o método SROI, ou seja, trata-se de um levantamento bibliográfico de estudos anteriormente desenvolvidos no Brasil no que concerne a metodologia de medição do retorno do investimento social.

Dessa forma, para demonstrar o estado da arte das pesquisas sobre o SROI no âmbito nacional, foi desenvolvido uma tabela resumo, o qual apresenta um compilado de informações como: autores, objetivos, as variáveis utilizadas e analisadas e os principais resultados observados. Essas informações foram retiradas com bases nos estudos e são apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3.
Resumo dos estudos anteriores.

Autores	Objetivo	Variáveis	Resultados
Fregonesi <i>et al.</i> (2005)	Quantificar o valor econômico criado com o investimento em instituições sem fins lucrativos.	Valor econômico do negócio; valor econômico da causa social; valor da entidade (negócio com causa social); Índice de retorno do negócio; índice de retorno da causa social; e índice de retorno da entidade.	Essas variáveis avaliam economicamente as entidades sem fins lucrativos, indicando seu resultado em termos de valor econômico e desempenho gerado à sociedade, das organizações do Terceiro Setor.
Araújo <i>et al.</i> (2005)	Verificar a aplicabilidade da metodologia SROI Em uma entidade filantrópica do Terceiro no Brasil, mostrando vantagens e limitações da ferramenta.	Valor econômico do negócio; valor econômico da causa social; valor do conjunto.	Relata a relação do montante investido com os resultados obtidos, permite mensurar o valor econômico adicionado à comunidade pelas entidades do Terceiro Setor.
Paula <i>et al.</i> (2009)	Demonstrar como a metodologia SROI, pode contribuir na avaliação e mensuração do desempenho da gestão nas organizações sem fins lucrativos.	Valor econômico, social e sócio - econômico. Definição e contextualização, suas áreas de atuação e resultado econômico.	Avaliação e mensuração do desempenho das organizações, segregação das atividades econômicas e sociais.

Fonte: Elaboração própria, com base nas informações coletadas nos estudos anteriores.

Esta pesquisa se difere dos demais já realizados por buscar analisar a aplicabilidade e o retorno social que a Santa Casa de Misericórdia do Recife fornece a sociedade ao executar suas atividades.

3 METODOLOGIA

O presente estudo realizou, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica a qual deu suporte para o levantamento das informações que forneceram respaldo teórico para identificação das variáveis, além das informações contábeis da Santa Casa de Misericórdia do Recife. Posteriormente, foi feita uma pesquisa documental, a qual teve como base a identificação das informações contábeis através das demonstrações contábeis publicadas e divulgadas pela entidade estudada, visando explorar informações sobre o Terceiro Setor, demonstrando a aplicabilidade da metodologia SROI.

O material estudado corresponde as demonstrações financeiras e o balanço social da Santa Casa de Misericórdia do Recife dos anos de 2014 e 2015, que está disponível para acesso público no sítio eletrônico da instituição. A entidade realiza um trabalho voltado para os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), crianças e idosos vítimas da vulnerabilidade social.

A escolha da entidade para o estudo, se deu, devido a disponibilidade e acesso aos dados públicos, e também por ser a primeira organização da sociedade civil nacional. As Santas Casas de Misericórdia remontam aos meados do século XVI e se encontram atuantes até hoje. Como lembra Cabral (2007, p. 56), a atuação direta do Estado na área social era mínima e o atendimento às camadas carentes da população,

(...) apoiava-se em um modelo importado pelas Casas de Misericórdias portuguesas, de iniciativas caritativas e cristãs, que tratavam a questão social como de resolução da sociedade, mediante a criação de asilos, educandários e corporações profissionais. (...) Nessa origem está a primeira Santa Casa de Misericórdia fundada em Santos por Brás Cubas, em 1543, e a primeira doação voluntária que consta do testamento da senhora Isabel Fernandes que, em 1599, dizia: “Deixo à Misericórdia mil réis”.

Com base nos dados das demonstrações financeiras e do balanço social da entidade estudada, nos anos de 2014 e 2015, foi calculada uma variável que compõem o modelo SROI, neste caso, Valor do Negócio. Esta variável foi extraída dos estudos de Araújo *et al.* (2005), Fregonesi *et al.* (2005) e Paula *et al.* (2009).

Este índice é obtido através da razão entre o Lucro Operacional (LOP), antes das despesas financeiras, pelo Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). O LOP

pode ser extraído das demonstrações do superávit ou déficit do exercício e o CMPC através dos balanços.

Para fins de cálculo do valor do negócio, foi adotada a taxa de juros livre de risco no Brasil, ou seja, a taxa Selic, a qual foi de 11,75% para o período de 04/12/2014 a 21/01/2015, e de 14,25% para o período de 25/11/2015 a 20/01/2016, conforme consulta ao *site* do Banco Central, levando em consideração que os dados da instituição são em períodos diferentes.

3.1. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A metodologia SROI tem seu primeiro passo no cálculo do valor do negócio, que representa o valor presente dos excedentes de caixa que foram gerados pela atividade do negócio da entidade (Paula, Brasil & Mário, 2009), ou seja, o caixa gerado pelas atividades econômicas da entidade.

Para determinação do valor do negócio, a primeira parte da análise busca demonstrar as informações constantes na Demonstração de Resultado, pela organização Santa Casa de Misericórdia do Recife nos anos de 2014 e 2015, no que concerne as receitas e despesas, as quais estão segregadas conforme as atividades: Receitas Econômicas e Receitas Sociais; Despesas Econômicas e Despesas Sociais. Isto pode ser observado nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4.
Receitas e despesas classificadas por atividades em 2014 (milhões de reais).

Receitas	Atividades	
	Econômica	Social
Contrato de Gestão	34.837.461	
SUS	28.594.401	
Isenção - Contribuição Sociais	13.841.719	873.744
Aluguéis de Imóveis/terrenos	9.821.770	422.880
Subvenções órgãos públicos	7.505.873	11.350
Faturamento de UTI	3.986.091	
Tratamento prolongado	2.182.599	
Educacionais	1.704.128	
Outras Receitas	422.989	837.233
Hospitalares	624.029	
Subvenções educacionais	198.704	474.894
Serviço Voluntário	30.732	
Bolsas	-1.614.365	

Despesas	Econômica	Social
Pessoal	46.309.241	3.521.594
Material e Serviços	33.177.756	1.535.234
Isenção - Contribuição Sociais	13.841.719	873.744
Gerais	2.773.928	241.388
Contingência	102.169	
Serviço Voluntário		30.732
Provisão P/ crédito Liq. Duvidosa	209.525	17.026
Outras Despesas	135.909	190.389

Fonte: Elaboração própria com base nas informações das demonstrações contábeis.

Tabela 5.
Receitas e despesas classificadas por atividades em 2015 (milhões de reais).

Receitas	Atividades	
	Econômica	Social
Contrato de Gestão	37.408.673	
SUS	29.555.455	
Taxa de administração	1.527.931	
Isenção - Contribuição Sociais	15.055.071	892.862
Aluguéis de Imóveis/terrenos	10.452.526	436.601
Subvenções órgãos públicos	7.304.341	61.200
Faturamento de UTI	3.980.710	
Tratamento prolongado	2.140.147	
Educacionais	1.839.205	
Outras Receitas	1.145.637	780.153
Hospitalares	930.353	
Subvenções educacionais	146.538	551.169
Serviço Voluntário		40.567
Bolsas	-1.765.433	
Despesas	Econômica	Social
Pessoal	49.643.850	3.657.930
Material e Serviços	36.469.931	1.534.005
Isenção - Contribuição Sociais	15.055.071	892.862
Gerais	3.435.704	212.874
Contingência	88.938	
Serviço Voluntário		40.567
Provisão P/ crédito Liq. Duvidosa	216.997	4.563
Outras Despesas	133.229	200.081

Fonte: Elaboração própria com base nas informações das demonstrações contábeis.

As Tabela 4 e 5 apresentam as informações da demonstração do superávit ou déficit do exercício de 2014 e 2015, respectivamente, com as receitas e despesas econômicas separadas daquelas oriundas da atividade social. Essa divisão não foi feita de forma arbitrária, pois a cultura de controladoria da empresa já segrega os custos e

despesas conforme suas causas. Então, com essa segregação é possível identificar as origens das receitas e despesas e executar os devidos cálculos para identificar o Valor do Negócio da Santa Casa de Misericórdia do Recife.

Para devida identificação do Valor do Negócio, foi necessário identificar o lucro operacional sem as despesas financeiras e o custo médio ponderado do capital, o qual para ser encontrado, se fez uso da taxa de juros livre de risco no Brasil (Selic). Dessa forma, as tabelas 6 e 7 demonstram o cálculo para o valor do negócio da Santa Casa de Misericórdia do Recife para os anos de 2014 e 2015, este cálculo representa o valor gerado para a sociedade com a existência da entidade citada.

Tabela 6.
Cálculo valor do negócio ano de 2014.

Cálculo do Valor do Negócio	
Superávit/Déficit atividades Econômicas (em milhões)	5.739.632
Taxa Selic	11,75%
Valor do Negócio	88.543

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7.
Cálculo valor do negócio ano de 2015.

Cálculo do Valor do Negócio	
Superávit/Déficit atividades Econômicas (em milhões)	5.591.383
Taxa Selic	14,25%
Valor do Negócio	81.380

Fonte: Elaboração própria

Depois de realizado o cálculo do valor do negócio, é possível observar que para a Santa Casa de Misericórdia, que visa ajudar crianças e idosos vítimas da vulnerabilidade social, é importante justificar para os investidores e para a sociedade que a entidade está obtendo resultados positivos, tanto para o ano de 2014 quanto para o de 2015. Isto pode ser identificado pelos superávits em ambos os exercícios, o que pode justificar o investimento realizado pelos colaboradores.

Mas, esse resultado positivo do Valor do Negócio para os anos analisados, indica que a entidade não precisa depender de doações para prestarem seus serviços à sociedade. Então, a receita que a Santa Casa de Misericórdia obtém com a sua atividade econômica fornece meios para que a mesma faça a manutenção de seus custos e

despesas para atenderem tanto os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), quanto convênios e particulares.

Dessa forma, levando-se em consideração o conceito de criação de valor, infere-se que a entidade analisada, no que tange a gestão de seus recursos econômicos, conseguiu construir, ao invés de destruir valor nos períodos analisados. Fato este que se contrapõe ao estudo desenvolvido por Paula, Brasil e Mário (2009), que identificaram que a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, para o ano de 2007, destruiu o valor criado, não conseguindo executar suas atividades sem o uso de doações.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo verificar a aplicação da metodologia SROI, desenvolvida pela fundação americana *The Roberts Enterprise Deselopment Fund* (REDF). Para tanto, foi realizado o cálculo através de um de seus indicadores, neste caso, o Valor do Negócio, aplicado à Santa Casa de Misericórdia do Recife, que tem seu trabalho voltado para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), crianças e idosos vítimas da vulnerabilidade social.

Para que a pesquisa fosse realizada, o processo de coleta de dados ocorreu no sítio eletrônico da entidade analisada, de onde foram retiradas as demonstrações financeiras da organização a fim de extrair as informações necessárias para o cálculo do valor do negócio dos anos de 2014 e 2015.

O valor do negócio está relacionado com a atividade econômica da entidade, o gera a necessidade da segregação das receitas e despesas econômicas daquelas oriundas da atividade social. Esta variável foi calculada através do Lucro Operacional (LOP), representado pela atividade econômica da entidade, dividida pelo Custo Médio Ponderado do Capital (CMPC), após a realização deste cálculo com base nas demonstrações divulgadas pela entidade dos anos de 2014 e 2015, foi identificado superávit para ambos os exercícios, o que pode justificar o investimento realizado pelos colaboradores.

Mas, os valores positivos apresentados pelo valor do negócio em 2014 e 2015, demonstram que a entidade conseguiu gerar valor. Ela não precisa depender de

doações para fornecer seus serviços à sociedade, pois obtém com a sua atividade econômica meios para que a mesma faça a manutenção de seus custos e despesas.

Perante os resultados obtidos, esta pesquisa encontra-se com resultados diferente dos estudos anteriores que utilizaram a mesma linha, como os de Araújo *et al.* (2005) e Paula, Brasil e Mário (2009). Assim, a Santa Casa de Misericórdia do Recife, diferentemente da Santa Casa de Belo Horizonte, conseguiu gerar valor e se sustentar com suas atividades econômicas.

Como sugestão para pesquisas futuras, indica-se a utilização das demais variáveis do modelo SROI, sendo elas: Valor da Causa social e o Valor do Conjunto/Entidade para posterior cálculo dos índices: Índice de Retorno do Negócio, Índice da Causa Social e Índice de Retorno da Entidade, visto poder fornecer uma visão mais completa sobre o valor da entidade.

REFERÊNCIAS

Araújo, A. M. P. et al. (2005) Metodologia SROI: uma proposta para cálculo do valor socioeconômico das organizações do terceiro setor. *Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração - EnANPAD*, Brasília: ANPAD. 29.

Brasil. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Brasília: IBGE.

Brasil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

Brasil. Lei nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003. Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 2003.

Brasil. Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 jul. 2011.

Cabral, Eloisa Helena do Souza. (2007) *Terceiro Setor, Gestão e controle social*. São Paulo: Editora Saraiva.

- Camargo, M. F. (2001). *Gestão do terceiro setor no Brasil*. São Paulo: Futura.
- Chamon, Edna Maria Querido de Oliveira. (2007) *Gestão de organizações públicas e privadas*. Rio de Janeiro: Brasport.
- Drucker, P. F. (1999) *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. 5. ed. São Paulo: Pioneira.
- Fonseca, L. V. (2000) O Estado, o Terceiro Setor e o mercado: uma tríade complexa: *Congresso Brasileiro de Contabilidade - CBC*, Goiás, 16.
- Freeman, R. J., & Shoulders, C. D. (1993) *Governmental and nonprofit accounting: theory and practice*. 4 ed. New Jersey: Prentice Hall.
- Fregonesi, M. S. F. A. et al. (2005). Uma proposta para Cálculo Sócio-Econômico das Organizações do Terceiro Setor. *UnBContábil*, 8(2).
- Frumkin, P.; Kim, M. T. (2001) Strategic positioning and the financing of nonprofit organizations: is efficiency rewarded in the contribution's marketplace? *Public Administration Review*, 61(3), 266-275.
- Iudícibus, S. (1993) *Teoria da Contabilidade*. 3 ed. São Paulo: Atlas.
- Marcuello, C., & Salas, V. (2001). Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain. *Public Finance Review*, 29(3), 183-207.
- Olak, P. A., & Nascimento, D. T. (2006). *Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Paula, C. L. S., Brasil, H. G., & Mário, P. C. (2009) Mensuração do Retorno Social de Organizações sem Fins Lucrativos por meio do SROI - Social Return On Investment. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 20(3), 127-155.
- Salamon, L. (1998) A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, 33(1), 5-11.
- Santos, P. C., & Silva, M. E. M. (2008) O papel da contabilidade na busca pela sustentabilidade do terceiro setor. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (170), 35-46.
- Silva, Carlos Eduardo Guerra. (2010). Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica - *Revista de Administração Pública*, 44(6), 1301 - 1325.
- Tenório, F. G. (2008) *Gestão comunitária: uma abordagem prática*. Rio de Janeiro: FVG.

Weisbrod, B. A., & Dominguez, N. D. (1986). Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior? *Journal of Public Economics*, 30(1), 83-96.

Zanluca, Júlio César (2006). *Contabilidade de ONG'S*. Blumenau: Nova Letra.